

construção do futuro



Informativo da Comissão Senado do Futuro

nº 22, 21 de maio de 2018



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Brasil corre risco por falta de política ambiental sustentável

No dia 14 de maio a Comissão Senado do Futuro realizou Audiência Pública para debater as políticas ambientais no contexto do **Projeto 2022: O Brasil que queremos**. Coordenado pelo senador **Hélio José** (Pros-DF), presidente da Comissão, o debate contou com a participação da Prof^a. **Mercedes Maria da Cunha Bustamante**, Professora Titular da Universidade de Brasília (UnB), do Prof. **Ricardo de Souza Moretti**, da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Sra. **Alessandra Cardoso**, Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), e do Sr. **Eugênio Giovanardi**, escritor e Eco sociólogo Biocomunidade Olho d'Água, Sítio das Neves.

Em sua apresentação do debate, o presidente da Comissão, senador **Hélio José** (Pros-DF) declarou que “em um país que foi marcado em sua história econômica a partir do uso intensivo e da exploração dos recursos naturais, tratar de meio ambiente sempre foi uma questão política que lidou com tensões e disputas. Por isso é que só muito recentemente parte da sociedade brasileira começamos a tratar verdadeiramente de políticas ambientais como espaço de disputa entre o passado e o futuro. Mesmo assim o fazemos com alguma dificuldade, haja vista que ainda se acredita que o resultado da produção agropecuária justifica, em si, os meios destrutivos ainda utilizados no país.

Poucas pessoas são as que conseguem fazer as ligações necessárias entre o desmatamento da região amazônica e as secas nas regiões centro-oeste e sudeste do país. Os rios aéreos que nos abastecem pelas chuvas vão secando igual aos rios de superfície e só durante as crises hídricas que as pessoas questionam o que estamos fazendo com nosso meio ambiente. Mas, infelizmente, a economia fala mais alto e logo deixamos questões essenciais de lado. Mesmo a ciência e novas técnicas de produção são deixadas de lado quando acrescentam custos ao processo produtivo. Como estabelecer uma estratégia de desenvolvimento que traga futuro de qualidade para mais de 200 milhões de brasileiros e ao mesmo tempo garanta futuro para a sobrevivência sem falta d'água e sem a extinção de animais, é uma questão delicada e que envolve decisões políticas e sociais.

Ao comemorarmos o bicentenário da Independência, em 2022, será que teremos alterado nossa forma de lidar com as disputas que têm o meio ambiente como elemento central? Será que teremos outro modelo econômico? São questões que precisamos começar a responder e a trazer para o debate social, caso contrário, continuaremos a tratar o meio ambiente como sendo meros recursos naturais a se utilizar para a geração de dinheiro e de divisas.”



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

A Prof.^a Mercedes Maria da Cunha Bustamante, analisando a questão a partir de um panorama global verificou que “nosso planeta enfrenta problemas ambientais que destroem recursos naturais e sobrecarregam os meios de subsistência, muitos dos quais são exacerbados por práticas precárias quando se pensa em sustentabilidade”, com base nisso afirma a ex-diretora de Programas e Bolsas no País da CAPES que “se não forem controlados, os problemas ambientais afetarão negativamente a economia tanto diretamente, como nos distúrbios da cadeia de suprimentos, quanto indiretamente, como nos riscos à saúde que levam à perda de horas de trabalho e à eficiência”.

A publicação das Nações Unidas “Panorama ambiental global” apresenta os riscos aos quais estamos submetidos na América Latina. O



quadro mostra quais os vetores de pressão que têm ameaçado os ecossistemas e os impactos das mudanças climáticas em nossa região.

Como mostrou a Profa. Mercedes, “a política ambiental praticada em um país indica o modo como os recursos naturais são utilizados e adequados para o desenvolvimento de atividades econômicas que geram impactos potenciais. Sabe-se que a questão ambiental é tema cada vez mais corrente na agenda internacional e nas agendas multilaterais.” No caso do Brasil, sob a égide da ONU, o tema entrou mais fortemente na agenda a partir da década de 1970, na década seguinte a Constituição de 1988 definiu que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225).

Do ponto de vista da governança do meio ambiente, a Profa. Bustamante destaca a importância dos arranjos institucionais entre o público e o privado, mostrando como está distribuído o território.

| Tipo de Governança | Área (km²) | Porcentual do Território | Fonte |
|-------------------------------|---|---------------------------|---------------------------|
| Coletiva (em terras públicas) | Terras Indígenas (714 áreas) | 1.173.874 33,8% | ISA 2017 |
| | Reservas Extrativistas (106 áreas) | 1.168.854 33,7% | FLUNAI 2017 |
| | Reservas de Desenvolvimento Sustentável (90 áreas) | 144.591 4,1% | MMA 2017 |
| | Territórios Quilombolas* | 112.447 3,2% | MMA 2017 |
| | Sub-total | 7.542 0,2% | INCRA 2017 |
| Pública (em terras públicas) | Unidades de Conservação (reserva RPPN, APA, RDS, RESEN) | 839.807 24,1% | MMA 2017 |
| | Propriedades de órgãos públicos* | 834.000 23,9% | |
| | Áreas Militares* | ~25.000 0,7% | MD 2017 |
| | Terras não destinadas* | 860.000 24,6% | Insufflora e Geol.ab 2017 |
| | Sub-total | 2.558.807 73,3% | |
| Privada | Grandes propriedades* (≥ 15 Módulos Fiscais) | 2.340.000 67,1% | Insufflora e Geol.ab 2017 |
| | Médias propriedades* (entre 4 e 15 Módulos Fiscais) | 1.040.000 30,0% | Insufflora e Geol.ab 2017 |
| | Pequenas propriedades* (< 4 Módulos Fiscais) | 1.140.000 33,0% | Insufflora e Geol.ab 2017 |
| | Assentamentos agrários* | 400.000 11,5% | Insufflora e Geol.ab 2017 |
| | Outros | 380.000 10,9% | Insufflora e Geol.ab 2017 |
| Sub-total | 4.850.000 139,5% | Insufflora e Geol.ab 2017 | |

A gestão ambiental no Brasil está marcada, desde o período colonial, pela exploração e pelo uso intensivo dos recursos, sem qualquer preocupação com o futuro (ver os ciclos econômicos, os quais, do ponto de vista ambiental podem ser também chamados de desastres ambientais). Mas, do ponto de vista insitucional, as políticas ambientais têm início na década de 1930 com a edição do Código de Águas e o Código Florestal, ambos instituídos em 1934, e ao longo desse período ela pode ser categorizada em quadro períodos: 1) a administração dos recursos naturais (de forma setorializada e com políticas focadas nos recursos), 2) o controle de poluição industrial, 3) o planejamento territorial (e muito associado às preocupações geopolíticas), 4) a Política Nacional do Meio Ambiente (de 1980 para cá).

Segundo a Profa. Mercedes, “quando se vê as políticas ambientais pode observar-se também alguns obstáculos importantes: a) falta de instrumentos para a gestão de áreas intermunicipais, interestaduais e internacionais; b) falta de continuidade de gestão de políticas ambientais ao longo de diversas gestões governamentais; c) dificuldades políticas na articulação interinstitucional vertical (entre as instâncias municipais, estaduais e nacionais) e horizontal (entre estas instâncias e os atores da sociedade civil e do empresariado)”. Isso tudo está ligado à governança, como bem afirmou a Profa. Mercedes, “a governança compreende a multiplicidade dos atores sociais, e abarcam, além dos governos e instituições formais que compõem o Estado, organizações e grupos de indivíduos, tais como: setor privado, organizações não governamentais (ONGs), instituições de financiamento e consumidores. Os referenciais para a boa governança são complementares entre si e incluem, entre outros: 1) accountability (responsabilização, transparência e prestação de contas), 2) legalidade, 3) equidade e inclusão, 4) processo decisório participativo e a tríade: eficiência, efetividade e eficácia”. Por isso, concluiu a rofa. Nerdecas que “o avanço de cada um desses princípios tende a se refletir de forma simultânea em todas as políticas públicas e na responsividade por parte dos governos, gerando capacidade de dar resposta aos problemas e prover os bens públicos necessários para a sociedade”.

Tendo em vista as dimensões do Brasil, a Profa. Mercedes esclareceu que apesar de muitos dos problemas ambientais que o país enfrenta, apesar de se encontrarem em território nacional, acabam tendo alcance supranacional e são também problemas transfronteiriços. Um dos exemplos que mostrou foi o das queimadas na região amazônica, que afeta todos os vizinhos dessa região até a Argentina.

Por outro lado, quando o Brasil exporta carne e alimentos, ele está exportando água. O modelo econômico e a forma de produção acaba afetando muito o meio ambiente ou tendo por base a exploração do meio ambiente (uso de recursos e poluição).

Em função disso, para ela “o país precisa de mais políticas que sejam indutoras e estruturadoras, menos subordinadas à busca de resultados superficiais de curto prazo e mais voltadas para as articulações inter e transeitoriais, capazes de incluir diversos grupos de interesse”.

Para ela, “a construção de uma agenda nacional que tenha o meio ambiente como meio de desenvolvimento, implica em 1) reconhecer os

desafios globais (aumento da população global, aumento da demanda e consumo, pressões sobre os recursos naturais, ambiente em transformação); aos quais se somam-se 2) os desafios nacionais: economia dependente de recursos naturais, como, por exemplo são o processo de geração de energia e a produção agrícola e pecuária, a enorme desigualdade social; reconhecer que a 3) biodiversidade e ecossistemas são elementos para a preparação do Brasil para a transformação dos riscos associados a tais desafios em novas oportunidades para desenvolvimento econômico e social; 4) a biodiversidade e ecossistemas podem ser a base de ganho de competitividade em um ambiente global onde os sistemas de produção estarão ancorados em práticas inclusivas socialmente e sustentáveis ambientalmente; 5) a conservação do meio ambiente no presente é garantia de transição para uma nova ordem econômica bem como fator de mitigação e adaptação às mudanças ambientais em curso que já comprometem a segurança hídrica, energética e alimentar bem como os investimentos em infraestrutura; 6) isso deve estar associado ao uso e acesso com equidade ao capital natural, que é um elemento fundamental para superação da desigualdade no Brasil com garantia dos múltiplos modos de vida e sistemas socio-ecológicos; 7) no entanto, o papel da Biodiversidade em alavancar o desenvolvimento social e econômico tem sido seriamente comprometido por múltiplos vetores de pressão e suas interações; 8) mas para que isso ocorra, o conhecimento científico e tradicional sobre a Biodiversidade, ecossistemas, processos e funções associados são cruciais para apoiar as escolhas sociais na preparação e transformação do país frente a seus múltiplos desafios, gestão do meio ambiente requisita investimentos em ciência e tecnologia”.

Como demonstrou a Profa. Mercedes, o meio ambiente é componente essencial de uma agenda de desenvolvimento nacional, e, ao mesmo tempo, as opções políticas, sociais e econômicas que se fizerem para o futuro têm impacto imediato nas políticas de preservação e uso dos recursos naturais e na conservação da biodiversidade. Tudo está conectado. Compreender isso é fundamental para que a sociedade e suas lideranças compreendam a responsabilidade que têm por decisões mal elaboradas e por sua ganância de curto prazo.

Para a Profa. Mercedes, “a redução das pressões e mitigação de seus impactos depende de políticas públicas integradas, da responsabilidade corporativa com a manutenção do capital natural do Brasil e da representatividade dos vários atores da sociedade civil na governança dos recursos naturais e no desenho de novas opções de desenvolvimento”.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O Prof. **Ricardo de Souza Moretti**, da Universidade Federal do ABC (UFABC), que é PhD em Engenharia de Construção Civil e Urbana pela Universidade de São Paulo, deu destaque, em sua apresentação, à política nacional de saneamento (água, esgoto, águas pluviais e resíduos) com foco na área urbana.

Para ele, a forma em que se cobra os serviços de saneamento é um dos principais responsáveis por se ter um avanço tão lento no setor. “A precificação e a cobrança é hoje quase um calcanhar de aquiles”.

Segundo mostrou, o saneamento nas cidades envolve hoje três questões estratégicas: 1) gestão de demanda (mais especificamente a oferta de água em volume e qualidade aceitáveis, e encontrar meios para se gastar cada vez menos água e gastar bem); 2) ampliação do tratamento de esgotos e melhoria das águas; 3) universalização (em um país tão desigual como o Brasil, é muito difícil se conseguir levar água e saneamento a todos).

O atual modelo de precificação e a lógica comercial que se impõe às empresas de saneamento geram situações esdrúxulas como o que ocorreu recentemente em Campinas. “A crise hídrica acarretou a redução de 25% no consumo das famílias. Passada a crise, a Companhia de Águas viu sua receita cair e então resolveu fazer uma campanha para se aumentar o consumo. O Ministério Público bloqueou essa iniciativa”. Como enfatizou, “se a receita da companhia vem da venda de água, ela quer vender mais, não quer fazer gestão de demanda”. Por isso, hoje o desafio é como estimular uma companhia fazer aquilo que socialmente é importante e não somente o que é comercialmente lucrativo. Deveria existir talvez por parte das agências reguladoras, segundo apontou, fundos compensatórios que remunerassem a

companhia que é bem-sucedida na gestão de demanda. “A companhia que for eficiente na gestão de demandas, com as regras atuais, ela quebra”.

Da mesma forma, na área de saneamento. Hoje uma empresa ganha receita com o esgoto, tratando ou não. Essa lógica acaba desestimulando o tratamento de esgotos pois o lucro maior da empresa vem se não houver tratamento. “Esse modelo implantado hoje impede o avanço do tratamento de esgotos”, como esclareceu. Mas há exemplos de mudança. Como mostrou, em Minas Gerais separa-se a parte que é tratada e a que não é tratada e a companhia recebe diferentemente para cada serviço.

No que se refere à universalização, o problema real é muito mais sério do que o apontado pelas companhias que dizem atender a 95% da população. Para os brasileiros (mais de 4 milhões) que têm renda média de R\$ 48,00 não há como pagar. “Atender os 5% que faltam é extramamente difícil”, mas necessário.

A lógica do sistema atual não faz o monitoramento e acompanhamento dos resultados. Veja-se o caso de São Caetano do Sul (SP). Na cidade, segundo informou o Prof. Moretti, “há 100% de coleta de esgoto, 100% de tratamento de esgotos e 100% dos rios e córregos poluídos”. Não há saneamento ambiental. O resultado que se deveria alcançar, e isso seria a forma adequada de mostrar que se teve sucesso, seria a de 100% dos rios limpos, nenhuma doença causado por deficiências hídricas.

Para ele é fundamental empoderar os órgãos de gestão de bacias. “Não é possível limpar os rios tratando o esgoto em uma cidade”, completou, é necessário que toda a bacia receba tratamento. Mas, completou, os recursos destinados à gestão de bacias são insuficientes. Além disso, “as companhias são mais importantes que os Comitês de Bacias e não dão atenção a esses”.

A experiência do Prof. Moretti o faz afirmar que as políticas públicas urbanas e de saneamento têm como referência as grandes e médias cidades e não se coadunam com a realidade das pequenas cidades e acabam lhes gerando mais problemas que soluções.

Por fim, ele argumentou que a proposta governamental em privatizar as empresas de saneamento e água está na contramão do que está ocorrendo no mundo. As cidades que privatizaram seus serviços de água estão agora revendo suas políticas e voltando a tornar as empresas públicas. Essas empresas precisam estar em sintonia com a realidade social de seu país e região. O que é mais importante ainda em um país desigual como o nosso. Água é direito humano.



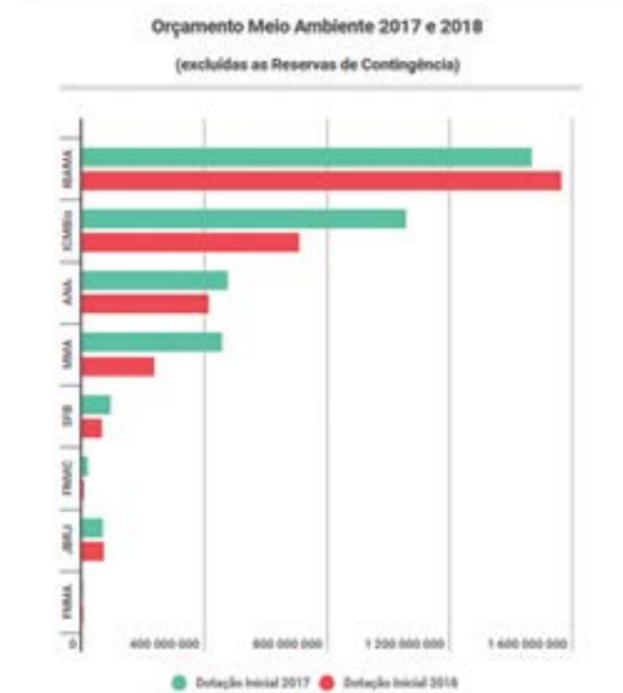
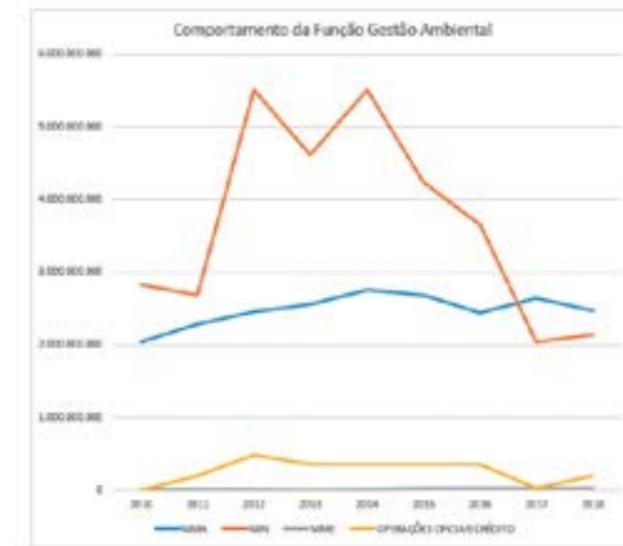
Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Alessandra Cardoso, Assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), ao iniciar sua apresentação fez um balanço daquilo que é desejável para o Brasil no Bicentenário da Independência, com uma matriz energética limpa, sem desmatamento e de garantia de direitos. Mas para isso, é fundamental que se altere a situação política atual, que é de retirada de direitos, cortes orçamentários e restrições às políticas ambientais que estavam se consolidando. Como exemplo mostrou o que se está tentando no Congresso Nacional para desconstruir políticas fundamentais. Para tentar flexibilizar o licenciamento ambiental tramita o PL 3729/2004 (Mauro Pereira, PMDB-RS); PLS 447/2012 (Acir Gurgacz, PDT-RO); para redução de áreas protegidas e abertura para atividades de elevado impacto ambiental em Ucs e Terras Indígenas, tramita o PL 1610/1996 e vários outros que tentam liberar mineração em unidades de conservação - UCs onde hoje a atividade é proibida. Tramita também a Medida Provisória 814/2017 com emenda que libera o CAR para empreendimentos de geração, subestações, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica. Além da tentativa de mudança da Lei de agrotóxicos.

Para ela os grandes desafios que temos são: a consolidação de Unidades de Conservação que ainda estão muito longe de terem seu território protegido e terem uma gestão eficiente e sustentável; precisamos ampliar as Políticas Socioambientais (direitos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, extrativistas), elas, ao contrário, hoje estão sendo desmontadas no atual governo; hoje os direitos territoriais estão sendo ameaçados e interditados; as ações governamentais fazem o desmatamento persistir; assim também anda a passos lentos a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os desafios se ampliam a persistir a política de desmonte do Estado e dos direitos.

É impossível que o Estado consiga cumprir suas funções e atender esses desafios com a instituição da Emenda Constitucional 95. O Inesc inclusive está iniciando uma campanha pela revogação da EC 95 e vai colocar essa questão no debate eleitoral que se avizinha.

E para demonstrar o impacto negativo que essas restrições estão trazendo para a área ambiental, ela apresentou os gráficos abaixo, onde se visualiza com clareza a queda nos orçamentos das áreas diretamente ligadas ao meio ambiente.



No primeiro gráfico, como argumenta a expositora, pode-se observar uma queda abrupta de recursos para investimentos em obras de mitigação da seca e atividades afins, assim como o estacionamento dos recursos destinados ao Ministério do Meio Ambiente. Em termos reais, em 2018, o orçamento

para o meio ambiente é o mais baixo dos últimos anos. “A tendência é piorar, já que a Emenda 95 congela os gastos por 20 anos. Isso significa que o próximo orçamento será o deste reajustado pela inflação. O que torna inviável a execução das políticas públicas”.

O orçamento do meio ambiente teve um corte de 12% neste ano. Além disso, denuncia que cada vez mais uma parte considerável do orçamento está sendo colocada em “reserva de contingência”, que é para fazer caixa, para não gastar. “Recursos que são essenciais para o meio ambiente e para o bem estar de famílias que vivem em unidades de conservação (como o Bolsa Verde, que destinava R\$ 300,00 a cada três meses para famílias que vivem em extrema pobreza) deixaram de ser aplicados”. Uma parcela de 422 milhões de reais foram transferidos para a reserva de contingência.

Na mesma linha, analisando o orçamento, Alessandra Cardoso mostrou que:

O “Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade”: perdeu 91% dos recursos a cargo do MMA, restando apenas R\$ 7,3 milhões em 2018, frente aos R\$ 77,9 milhões autorizados para 2017. Esta queda deveu-se à extinção da ação de “Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE”, que em 2017 teve orçamento de R\$ 72,2 milhões e em 2018 desapareceu do orçamento de 2018.

O programa Bolsa Verde: em 2016 chegou a atender 76 mil pessoas. Foi sendo progressivamente reduzido chegando ao final de 2017 com um público atendido de 48 mil pessoas em situação de extrema pobreza. Os beneficiários da Bolsa Verde eram residentes de Reservas Extrativistas (19,8 mil pessoas); ribeirinhos (4,8 mil pessoas) e assentados de Projetos de Assentamento (23,3 mil pessoas). R\$ 300 reais a cada três meses.

O “Programa de Qualidade Ambiental”: também perdeu 91% dos recursos, restando apenas R\$ 10 milhões dos R\$ 117,7 milhões aprovados em 2017. As ações mais prejudicadas foram a de “Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos” e de “Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Voltados à Qualidade Ambiental Urbana”.

Segundo Alessandra Cardoso, é importante também pensar em novas propostas para a área. Por isso, o Inesc e outras entidades da área elaboraram uma proposta inicial para se pensar uma “reforma

tributária ambiental” ou “reforma fiscal ambiental” no contexto brasileiro de uma reforma tributária ambiental no contexto brasileiro, com os seguintes pontos:

- A tributação ambiental deve transitar no campo da **extrafiscalidade**;
- Deve haver forte tributação sobre atividades e produtos de externalidades altas; chamada “tributação ambiental em sentido estrito”;
- Há que se pensar a repartição de receitas em sintonia com a ideia de “duplo dividendo” com uma redistribuição da composição da carga tributária, aumento da participação dos tributos ambientalmente relacionados, redução dos tributos sobre consumo e trabalho e desoneração de atividades ou inovações com menor sobre carga ambiental.
- Há que se levar em conta, também, o contexto de subfinanciamento das políticas ambientais e socioambientais; e
- Há que se repensar e reformular a política de incentivos fiscais, de forma não só a acenar com benefícios fiscais para atividades e setores que se quer incentivar (sanções premiadas), como para eliminar isenções em atividades e setores poluentes que geram elevados danos ambientais.

Sobre a EC 95 o Inesc se manifestou:

- O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta, com profundos déficits em direitos humanos. A desigualdade representa um custo significativo em termos de desempenho econômico, desenvolvimento sustentável e o usufruto de direitos humanos.
- Em vez de seriamente avaliar as alternativas disponíveis para arrecadar receitas de maneira equitativa, os governos brasileiros dos últimos três anos decidiram realizar cortes profundos em setores sociais chave – incluindo uma medida extrema determinando no texto constitucional um congelamento do gasto público por 20 anos (“EC 95”).
- A austeridade, e a EC 95, em particular, não é um plano de estabilização fiscal, mas um ataque aos direitos humanos dos brasileiros – em especial, das mulheres, dos negros e daqueles em maior risco de pobreza – o que aumenta a desigualdade social e econômica.
- Com o estabelecimento de um limite para o gasto público, passa a ficar fora do alcance do Brasil qualquer progresso na conquista de direitos humanos e no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- As medidas de austeridade prejudiciais, desproporcionais e desnecessárias, em particular a EC 95, são medidas retrógradas injustificadas. Essas medidas, portanto, violam o direito internacional em direitos humanos, e possivelmente o direito constitucional. Como o Supremo Tribunal Federal entendeu recentemente, algumas políticas de austeridade não podem ser admitidas, uma vez que enfraquecem as cláusulas fundamentais da Constituição do Brasil, tais como o dever de progressivamente assegurar a prestação de direitos sociais (Supremo Tribunal Federal, 2017).



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Para o eco-sociólogo **Eugênio Giovanardi**, não há mais necessidade de novas leis para que exista uma Política Ambiental. Segundo ele, o que impede a existência de uma política ambiental integrada à busca da felicidade das pessoas é o sistema econômico.



Em sua posição, há dois caminhos que se comunicam, como mostra a figura que apresentou. Novo olhar sobre a natureza, o que significa também um novo olhar sobre a espécie humana, é o que Eugênio Giovanardi sugere aos gestores do sistema econômico.

“No sistema ecológico, a biodiversidade indica que todos os habitantes desse ecossistema precisam ser respeitados porque nessa biodiversidade está incluída também uma função de interdependência entre todos os participantes dessa casa ecológica”, explica aos formuladores de políticas ambientais.

Os que formulam as políticas ambientais deveriam conhecer bem o terreno onde vão ser implementadas as políticas, que são executadas justamente nos biomas. Para ele, os economistas costumam falar em necessidade constante de crescimento econômico baseado no PIB como forma de satisfazer as necessidades da sociedade. “Quando se fala em crescimento econômico, fala-se em alimentar os pobres, o que é uma grande falácia. Nenhum sistema econômico está aí para eliminar a pobreza ou fazer bem aos pobres, ele está aí para somente gerar riqueza para alguns”, argumenta mostrando que “estamos tratando de explorar as riquezas naturais em benefício de uma pequena minoria”. Lembrou estudo da Oxfam de que 5 bilionários brasileiros detêm a mesma riqueza que 50% dos mais pobres do país e que 8 empresários, todos eles do sexo masculino, acumulam a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial, ou seja, 3,6 bilhões de pessoas.

Por isso, em sua opinião, também corroborada por um número grande de estudiosos é de que “temos que caminhar para um decrescimento ou um crescimento zero da economia”.

“Vamos crescer para aumentar as riquezas, aumentar o PIB, aumentar as grandes fortunas, ou vamos crescer para uma coisa tão simples e tão singela como aumentar a felicidade das pessoas”, questiona ele.

Para a produção de alimentos ele afirma que é necessário um zoneamento ecológico. Assim ele o faz na área em que está cuidando (como hóspede) no Distrito Federal. Se assim não for feito, “continuaremos a destruir os ecossistemas e a natureza”.

O processo de urbanização é outro fator de destruição do meio ambiente.

Em seu entender, “devemos caminhar também para o crescimento populacional zero”. As estatísticas da ONU, como informou, mostram que em 2050 seremos 10 bilhões, hoje somos 7 bilhões no planeta.

As correções devemos fazer no lado que está destruindo o planeta (produção de alimentos, urbanização, crescimento da população). Com a desculpa de que estamos alimentando os pobres, estamos destruindo o planeta pela lógica da geração de riqueza e do crescimento econômico a qualquer custo.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O **Dr. Wilson Wander Lopes**, advogado, jornalista, escritor e historiador, além de diretor do Jornal Satélite e Presidente da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, também um dos fundadores e vice-presidente da União Planetária, convidado pelo **senador Hélio José** a se manifestar elogiou o conjunto das exposições, lembrando que na sua infância em Governador Valadares (MG) ele era criança de estilingue a caçar passarinho e hoje tem consciência ecológica graças a ensinamentos que apreendeu na vida e por pessoas como as que se apresentaram nessa oportunidade na Comissão Senado do Futuro. “Juscelino Kubitschek conclamou brasileiros de todos os rincões a virem construir Brasília, e o chamado daquele líder foi tão forte que veio mais gente do que precisava (...), o que fazer com os que vieram a mais?, precisava dar alimentação, segurança, emprego para essas pessoas. Os diretores à época acharam melhor colocar a polícia para obrigar as pessoas a voltarem às suas terras de origem. Os candangos pioneiros se reuniram e pediram ao presidente Juscelino para que eles tivessem um chão na Brasília que eles estavam ajudando a construir. Foi então escolhido um local especial, o encontro de dois córregos, o Córrego Cortado e o Córrego Taguatinga (que significa barro branco), que deu nome a minha cidade. A

cidade cresceu, os candangos que não tiveram espaço na Brasília em construção, transformaram sua cidade, agora desmembrada em várias cidades e transformada em uma metrópole,” relatou mostrando que o forte crescimento daquela cidade e o desmembramento de seu território sem o devido cuidado para suprir todos de infraestrutura e de meios para a vida com dignidade e felicidade de seus cidadãos acaba por ser também uma forma de afronta ao meio ambiente.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

O também vice-presidente da União Planetária, economista **Eduardo Weaver de Vasconcelos**, lembrou que a União Planetária tem um repositório em seu sítio na internet (www.uniaoplanetaria.org.br) com textos e informações que pode ser muito útil para as pessoas que debatem esses assuntos citados na Audiência, além de um programa de voluntariado que poderá receber todas as pessoas que desejarem apoiar essas iniciativas e no projeto Brasil 2022.

Por fim o professor Isaac Roitman esclareceu que um dos objetivos do programa Brasil 2022 é estabelecer maior proximidade entre a academia e o parlamento, é um conjunto significativo de universidades que está criando uma via de colaboração com o Congresso Nacional.



**Comissão
Senado do Futuro**



**Universidade de
Brasília**



**União
Planetária**